

Ventos de São
Mizael Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A
Bento Fernandes – Rio Grande do Norte**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

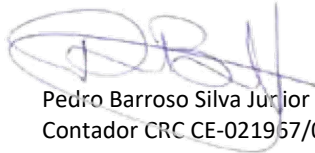
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021957/0-5

Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.192	19.022	Fornecedores		630	51
Contas a receber de clientes	6	5.596	5.231	Empréstimos e financiamentos	8	12.081	9.658
Partes relacionadas - outros créditos	14	-	1.054	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	364	43
Outros créditos		754	476	Obrigações fiscais		595	554
				Imposto de renda e contribuição social	16	570	424
				Outras contas a pagar		60	467
Total do Ativo Circulante		14.542	25.783	Total do Passivo Circulante		14.300	11.197
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.491	5.988	Empréstimos e financiamentos	8	141.581	158.333
				Provisão de desmobilização		3.278	3.127
Realizável a longo prazo		6.491	5.988	Total do Passivo Não circulante		144.859	161.460
Imobilizado	7	232.542	243.142	Patrimônio líquido	9		
Intangível		652	166	Capital social		73.982	89.832
				Reserva legal		4.666	3.208
				Reserva de lucros a distribuir		16.420	9.382
		233.194	243.308	Total do Patrimônio líquido		95.068	102.422
Total do Ativo Não Circulante		239.685	249.296	Total do Passivo		159.159	172.657
Total do Ativo		254.227	275.079	Total do Passivo e Patrimônio líquido		254.227	275.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	63.384	59.171
Custos operacionais	11	(20.488)	(16.598)
Lucro bruto		42.896	42.573
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.168)	(1.450)
Outras despesas (receitas) operacionais		(1.057)	-
Despesas operacionais		(2.225)	(1.450)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		40.671	41.123
Receitas financeiras	13	2.074	5.717
Despesas financeiras	13	(10.884)	(11.228)
Resultado financeiro		(8.810)	(5.511)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		31.861	35.612
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.707)	(3.810)
Lucro do exercício		29.154	31.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	<u>29.154</u>	<u>31.802</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	<u>29.154</u>	<u>31.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		89.832	1.618	17.975	-	109.425
Lucro do exercício		-	-	-	31.802	31.802
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	1.590	-	(1.590)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(7.553)	(7.553)
Dividendos adicionais distribuídos	9	-	-	(31.252)	-	(31.252)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	22.659	(22.659)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.832	3.208	9.382	-	102.422
Lucro do exercício		-	-	-	29.154	29.154
Redução de capital	9	(15.850)	-	-	-	(15.850)
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	1.458	-	(1.458)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(6.924)	(6.924)
Dividendos adicionais distribuídos	9	-	-	(13.734)	-	(13.734)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	20.772	(20.772)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		73.982	4.666	16.420	-	95.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		29.154	31.802
Ajustes para:			
Depreciação	7	10.816	10.817
Juros sobre provisão de desmobilização	13	151	138
Rendimento de aplicações	5	(591)	(653)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	9.892	10.462
Resultado da baixa de imobilizado	7	51	13
Apropriação do custo de captação	8	828	610
Imposto de renda e contribuição social	16	2.707	3.810
Outros		631	657
		53.639	57.656
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(365)	(226)
Outros créditos		(904)	(677)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.375	(552)
Fornecedores		579	31
Obrigações fiscais		(1.130)	(1.071)
Outras contas a pagar		(407)	364
Caixa gerado pelas atividades operacionais		52.787	55.525
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(9.840)	(12.008)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(1.302)	(2.881)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		41.645	40.636
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(267)	(489)
Aquisição de intangível		(491)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(758)	(489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	9	(20.658)	(44.797)
Redução de capital	9	(15.850)	-
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(11.899)	(9.811)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(3.310)	(2.313)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(51.717)	(56.921)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(10.830)	(16.774)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	19.022	35.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8.192	19.022
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(10.830)	(16.774)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A (“Companhia”), foi constituída em 23 de janeiro de 2018 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Martina 12; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 63 MW de capacidade instalada, está localizado em Bento Fernandes (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 30 de outubro de 2021. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.7 – vida útil do ativo imobilizado:** determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e

- **Nota 2.7** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.6 *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 *Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos

bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida com o BNB apresentada na nota 8.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa para sua operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. O financiamento contratado pela Companhia, apresentado na nota 8, possui risco de mercado associado à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	8.054	Baixa do CDI	7.639	7.259
Efeito no resultado	1.467		1.052	672
Aplicações financeiras	6.491	Baixa do CDI	6.333	6.183
Efeito no resultado	591		433	283
Empréstimos e financiamentos	153.662	Alta do IPCA	156.134	158.606
Efeito no resultado	9.322		11.794	14.266

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	138	102
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	8.054	18.920
Total	8.192	19.022

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas – Fundo de liquidez BNB (a)	6.491	5.988
Total	6.491	5.988

Ativo não circulante 6.491 5.988

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento com o BNB em 30 de dezembro de 2019. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,09% a.a em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	5.988	5.434
Rendimento de aplicações	591	653
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(88)	(99)
Saldos finais	6.491	5.988

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	5.481	5.076
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	115	155
Total	5.596	5.231

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10,00%	64	(30)	34	92
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,7%	258.666	(34.177)	224.489	229.526
Edificações	3,3% a 4%	5.824	(623)	5.201	5.393
Provisão de desmobilização	2,86%	2.989	(171)	2.818	2.903
Custos de empréstimos	3,13%	-	-	-	5.228
Total		267.543	(35.001)	232.542	243.142

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	92	-	-	(47)	(11)	34
Máquinas e equipamentos	229.526	267	5.228	(4)	(10.528)	224.489
Edificações	5.393	-	-	-	(192)	5.201
Provisão de desmobilização	2.903	-	-	-	(85)	2.818
Custos de empréstimos	5.228	-	(5.228)	-	-	-
Total	243.142	267	-	(51)	(10.816)	232.542

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	121	-	(13)	(16)	92
Máquinas e equipamentos	239.386	489	-	(10.349)	229.526
Edificações	5.584	-	-	(191)	5.393
Provisão de desmobilização	2.989	-	-	(86)	2.903
Custos de empréstimos	5.403	-	-	(175)	5.228
Total	253.483	489	(13)	(10.817)	243.142

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 166.830 destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”).

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,15% ao ano. O período total de pagamento é de 162 meses com carência de 32 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a prestação final a vencer em 15 de janeiro de 2036. Em dezembro de 2020 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNB.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNB	FNE	164.084	175.930
Custo de captação		(10.422)	(7.939)
Total		153.662	167.991

b. Movimentação da conta

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	167.991	181.051
Amortizações de principal	(11.899)	(9.811)
Juros incorridos	9.892	10.462
Juros pagos	(9.840)	(12.008)
Apropriação custo de captação	828	610
Custo de captação incorrido no exercício	(3.310)	(2.313)
Saldos finais	153.662	167.991

Circulante	12.081	9.658
Não circulante	141.581	158.333

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	12.774	8%
2026	13.924	9%	14.087	9%
2027	14.151	9%	14.317	9%
2028	15.120	10%	15.296	9%
2029	16.020	11%	16.205	10%
2030	15.586	10%	15.767	10%
2031	16.446	11%	16.635	10%
2032	13.779	9%	13.944	8%
2033	14.228	9%	14.397	8%
2034	14.762	10%	14.935	9%
2035	15.747	10%	15.919	9%
2036	1.292	2%	1.334	1%
Total parcelas – longo prazo	151.055	100%	165.610	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(9.474)		(7.277)	
Saldo total – longo prazo	141.581		158.333	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 73.982 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 89.832 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 73.981.793 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	100%	73.982	73.981.793	100%	89.832	89.831.793
Total	100%	73.982	73.981.793	100%	89.832	89.831.793

Redução de capital

Em 30 de janeiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), deliberou-se sobre a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 15.850, com o cancelamento de 15.850.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital ao único acionista da Companhia, com efeito caixa no exercício. Com a deliberação, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado reduziu de R\$ 89.832 para R\$ 73.982.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 6.924 (R\$ 7.553 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	29.154	31.802
(-) Reserva legal (5%)	(1.458)	(1.590)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	27.696	30.212
Dividendos propostos	6.924	7.553

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.458 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2023), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 20.772 (R\$ 22.659 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 20.658 (R\$ 44.797 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	Valor
Reserva de lucros de 2023 (a)	9.382
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024 (b)	6.924
Dividendos adicionais de 2024 (b)	4.352
Total	20.658

(a) Em 17 de abril de 2024, de acordo com Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a Companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.382 relativos aos lucros do exercício de 2023.

(b) Em 30 de outubro de 2024, de acordo com AGE, a Companhia realizou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 11.276 provenientes dos lucros apurados no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024, sendo R\$ 6.924 referentes à antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 e R\$ 4.352 referentes à dividendos adicionais aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Destaca-se que os montantes R\$ 9.382 e R\$ 4.352 da tabela acima se referem a dividendos adicionais distribuídos em 2024, totalizando R\$ 17.734 (R\$ 31.252 em 31 de dezembro de 2023).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	65.762	61.365
PIS e Cofins sobre vendas	(2.378)	(2.194)
Total	63.384	59.171

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(231)	(209)
Energia comprada	(4.618)	(2.437)
Depreciação	(10.816)	(10.626)
Gastos com propriedades	(1.101)	(1.020)
Gastos com manutenção	(1.806)	(653)
Outros custos	(1.916)	(1.653)
Total	(20.488)	(16.598)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.161)	(1.138)
Depreciação	-	(191)
Outras despesas	(7)	(121)
Total	(1.168)	(1.450)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.119 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$ 1.086 em 31 de dezembro de 2023), conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.058	5.698
Outras receitas financeiras	16	19
Total	2.074	5.717
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.892)	(10.462)
Juros sobre provisão de desmobilização	(151)	(138)
Apropriação do custo de captação	(828)	(610)
Outras despesas financeiras	(13)	(18)
Total	(10.884)	(11.228)
Resultado financeiro líquido	(8.810)	(5.511)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (nota 6)/(c)	115	1.209
Partes relacionadas – outros créditos		
Transações de condomínio (b)	-	1.054
Passivo		
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transações de condomínio (b)	360	43
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	4	-
Resultado		
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	1.604	2.408
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(126)	(106)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.119)	(1.086)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.

- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 02 de janeiro de 2023, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		8.192	8.192	19.022	19.022
Contas a receber de clientes		5.596	5.596	5.231	5.231
Partes relacionadas – outros créditos		-	-	1.054	1.054
Aplicações financeiras vinculadas		6.491	6.491	5.988	5.988
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(153.662)	(164.084)	(167.991)	(175.930)
Fornecedores		(630)	(630)	(51)	(51)
Outras contas a pagar		(60)	(60)	(467)	(467)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(364)	(364)	(43)	(43)
Total		(134.437)	(144.859)	(137.257)	(145.196)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(1.810)	(2.633)
Contribuição social corrente	(897)	(1.177)
Total	(2.707)	(3.810)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	65.762	61.365
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	5.261	4.909
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	2.074	5.717
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.810)	(2.633)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	7.891	7.364
Outras receitas não operacionais	2.074	5.717
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(897)	(1.177)
Alíquota efetiva	(8,5%)	(10,7%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	424	665
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.707	3.810
Impostos pagos sobre o lucro	(1.302)	(2.881)
Compensações no exercício	(1.259)	(1.170)
Saldos finais	570	424

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia identificou contingências classificadas como perda possível no montante de R\$ 2.882 (R\$ 2.691 em 31 de dezembro de 2023), dessa forma, não foram contabilizadas nestas demonstrações financeiras. Adicionalmente, na referida data-base não existem contingências classificadas como perdas prováveis.